



Bem-estar

●●● Moradora de Copacabana, **Iraci Soares**, de 73 anos, frequenta duas academias de ginástica

Vida dos idosos melhora mais que a das crianças

A Síntese de Indicadores Sociais 2007, divulgada ontem pelo IBGE, mostra que as condições de vida têm melhorado no Brasil, embora de forma desigual nos dois extremos etários da sociedade. Os avanços são mais intensos para idosos do

que para crianças e adolescentes. Baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o estudo confirma o aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Conclui ainda que o bem-estar dos idosos é impulsionado pela expansão dos

benefícios previdenciários e pelo aumento do salário mínimo. Por causa disso, a parcela de brasileiros com mais de 60 anos corresponde a 10,2% da população total, mas a representação deles entre os mais pobres é de apenas 5,4%. ● PÁGS. A34 e A35

64%

●●● dos brasileiros com mais de 60 anos são os responsáveis pelo domicílio onde vivem

4,5%

●●● de todos os que trabalham no Brasil têm mais de 60 anos

6,3%

●●● dos postos de trabalho gerenciais cabem a idosos

Políticas sociais avançam mais para idosos do que para crianças

- Estudo do IBGE aponta alta na **expectativa de vida** impulsionada pelo crescimento da **cobertura previdenciária** ● Com isso, entre os **mais pobres**, apenas **5% são idosos**, enquanto esse percentual entre **crianças chega a 40,2%** ● A fecundidade cresceu entre **adolescentes** ● Famílias estão menores ● Mais **mulheres** são vistas como chefes de família

A Síntese de Indicadores Sociais 2007 divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra um Brasil cujas condições de vida têm melhorado, mas de forma desigual para os dois extremos etários da sociedade, com mais avanços para idosos que para crianças, adolescentes e jovens. O estudo, baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), mostra que o País está conseguindo dar mais saúde aos velhos, cuja expectativa de vida aumenta, mas melhora em ritmo muito menor na educação, maior carência da juventude. O avanço é considerado mais lento que o de outros países da América Latina, com economias menores.

“Estamos tratando os idosos como em países europeus, sem haver renda para isso, e os jovens como em realidades africanas”, analisa Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas. “A questão é como manter o sistema no futuro.” Para o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, a faixa etária foi beneficiada pelo aumento do salário mínimo. “Ela depende da aposentadoria. Qualquer aumento melhora as condições de vida.”

Entre os jovens, embora os números confirmem a tendência de universalização do ensino fundamental, muitos ainda têm de dividir a sala de aula com o trabalho. E os que trabalham vão menos à escola. O acesso à creche mais que dobrou, mas não alcança nem 20%

das crianças de zero a 3 anos. A agravante é que 40,2% das famílias com crianças de 0 a 14 anos têm renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Na ponta dos idosos, como resultado de políticas sociais mais consistentes, como a expansão previdenciária, o bem-estar chega mais rápido. A parcela de brasileiros com mais de 60 anos subiu de 8,6% em 1996 para 10,2%, mas a representação deles entre os brasileiros mais pobres é de apenas 5,4%.

Para Marcelo Néri, da FGV, essa população é mais atraente para políticos por causa do voto. “O País precisa dar o mesmo foco à educação para formar os trabalhadores que sustentarão os benefícios no futuro.” ●

Felipe Werneck
Alexandre Rodrigues

RIO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que quase 20% dos idosos aposentados no Brasil trabalham. Baixos valores das pensões e boas condições de saúde têm levado de volta ao mercado os trabalhadores que já passaram dos 60 anos. Principalmente os homens: 28,9% dos aposentados ainda trabalham. Entre as mulheres, 11,5%. No Nordeste e no Sul, os números são maiores que a média nacional: 24,5% e 27,3%, respectivamente.

Somando os aposentados que voltaram à ativa aos idosos que ainda não se aposentaram, a proporção dos que chegam aos 60 no mercado profissional chega a 30,9%. Com isso, os 5,9 milhões de idosos trabalhadores ocupam hoje 4,5% dos postos de trabalho do País. Dessa forma, têm mais condições para viver mais e melhor.

Os dados de emprego sugerem ainda que a experiência dos mais velhos costuma ser reconhecida para os cargos de gerência. Entre os trabalhadores que têm a responsabilidade de tomar decisões, 6,3% têm mais de 60 anos. Um termômetro utilizado pelo IBGE para medir a aprovação dos idosos em cargos de liderança foi a eleição de prefeitos com mais de 60 anos: 13% dos eleitos em 2004.

RITMO PREOCUPANTE

Embora o envelhecimento da população no Brasil seja já um assunto recorrente e uma preocupação constante de diri-

gentes públicos e pesquisadores, o País ainda não está entre os países com maior proporção de idosos, nem na comparação com outros países latino-

americanos.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE agregou à tabulação do tema uma comparação da estimativa feita pela Comis-

são Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), na qual o Brasil aparece ainda no grupo intermediário do envelhecimento.

Enquanto países como Uruguai (17,3%), Argentina (13,8%), Cuba (15,4%) e Chile (11,5%) atingiram a casa de dois dígitos na proporção de pessoas com mais de 60 anos, o Brasil, pela estimativa da Cepal, está em 8,7%.

A situação brasileira é parecida com a de países como México (7,7%), Peru (7,7%), Panamá (8,7%) e Costa Rica (8,2%). Para os técnicos do IBGE, a estimativa da Cepal, que se refere a 2005, é próxima da definida na PNAD com referência ao ano de 2006: 10,2%.

O IBGE também fez estimativas levando em consideração o conceito de terceira idade para países desenvolvidos, que é de maiores de 65 anos. Com esse corte, o percentual de idosos no Brasil cai para 7,1%.

Para o economista Marcelo Néri, da FGV, essa comparação não significa que o Brasil tem uma situação mais confortável em relação ao problema do envelhecimento. Para ele, o preocupante é a velocidade do processo, que tem se mostrado alta no País. Segundo Néri, estudos indicam que o Brasil já tem a maior população idosa absoluta da América Latina e ultrapassará em 2025 todas as outras nações latino-americanas na proporção de habitantes com mais de 60 anos.

"Isso talvez seja um agravante porque todas as decisões sobre os benefícios que estamos tomando hoje terão de ser estendidas a uma parcela da população ainda maior. As leis não permitem a redução do rendimento das pessoas. A tendência atual é de subida na proporção da Previdência no PIB", diz. ●



VIDA - Iraci, 74 anos: lazer e cultura FABIO MOTTA/AE



LUTA - Conceição: filhos doentes ROMILDO DE JESUS/AE

Dois padrões de vida distintos

O cotidiano de Iraci, no Rio, e de Conceição, em Salvador

São 9 horas na manhã ensolarada de Copacabana, na zona sul do Rio, e Iraci Soares, de 73 anos, segue apresada pelas ruas movimentadas deixando para trás dezenas de jovens pelo caminho. Três vezes por semana ela

corre contra o tempo na saída da aula de hidroginástica para não chegar atrasada à sessão de alongamento que faz em outra academia.

É da atividade física que ela tira o vigor para as rápidas passadas e a agitada agenda cultural: shows e teatro todo

fim de semana, viagens pelo Brasil e pelo exterior e muita conversa para trocar com as amigas, que só na turma de alongamento são 25 na mesma faixa etária. Iraci ficou viúva em 1975 e desde então recebe como pensão o salário integral do marido economista.

'QUANDO DÁ'

A balconista de Salvador (BA) Conceição dos Santos Rego, de 37 anos, desempregada há três, é mãe solteira um menino de 14 anos, cursando o 5º ano do ensino fundamental, na rede estadual; outro de 10 anos e uma menina de 8, ambos no 2º ano, na rede municipal.

Ela se escora no Bolsa-Família e no vale-gás para seguir a vida. "Faço bicos como faxineira e lavadeira, mas meu principal ganho vem do governo, mesmo."

O benefício foi elevado, no mês passado, para R\$ 112 - antes, era de R\$ 75. O principal item de consumo de Conceição, segundo a própria, é o "quando dá".

"No café da manhã, por exemplo, as crianças comem pão, com café e leite... Biscoito, só quando dá", ironiza. "No almoço é igual: tem sempre arroz e feijão, mas carne é quando dá. Com remédios e roupas é a mesma coisa, mas quase nunca dá."

Os filhos ficam doentes com "certa frequência", segundo a mãe. ●

Alexandre Rodrigues

RIO

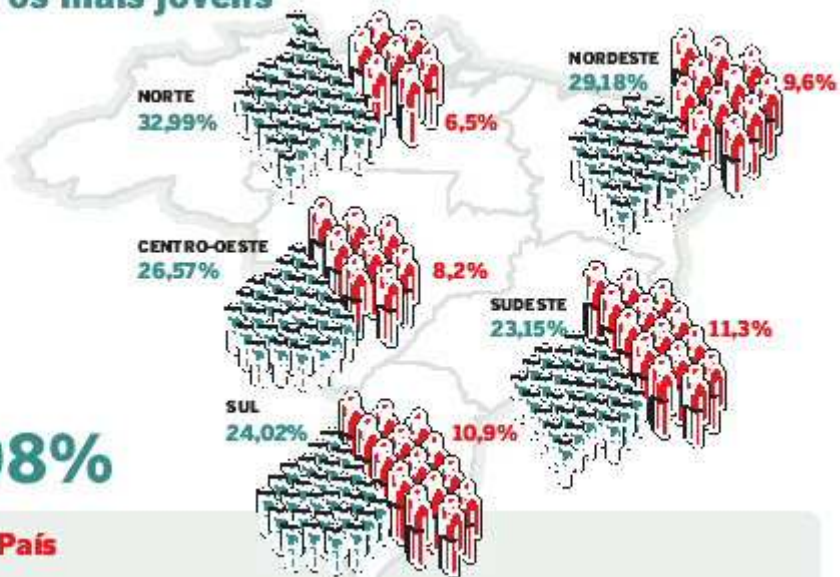
Tiago Décimo

SALVADOR

Os mais velhos e os mais jovens

Proporção de idosos e crianças no Brasil

Pessoas com 60 anos ou mais e crianças e jovens até 14 anos em relação ao total da população (em 2006)



Perfil dos idosos no País



Por raça ou cor

Entre a população branca

11,7%

Entre a população preta ou parda

8,6%



Grau de instrução

Sem instrução e menos de 1 ano de estudo

33,5%

De 1 a 3 anos de estudo

20,6%

De 4 a 8 anos de estudo

31,5%

9 ou mais anos de estudo

14,4%



Renda mensal per capita

Até meio salário mínimo

12,4%

De meio a 1 salário mínimo

32,6%

De 1 a 2 salários mínimos

28,0%

Mais de 2 salários mínimos

23,8%

Sem rendimento ou não declararam

3,2%



Cobertura previdenciária

Aposentados

57,1%

Pensionistas

12,1%

Acumulam aposentadoria e pensão

7,4%

Outros

23,4%

64%

das pessoas com mais de 60 anos são responsáveis pelo domicílio (pessoa de referência)

4,5%

de todos os que trabalham no Brasil têm mais de 60 anos

6,3%

dos postos de trabalho gerenciais são ocupados por pessoas com mais de 60 anos

30,9%

das pessoas com 60 anos ou mais trabalham no País

Perfil das crianças no País



População de 0 a 14 anos no País



Famílias com crianças de 0 a 14 anos

Por renda mensal per capita

Mais de 5 salários mínimos	2,2%
De 3 a 5 salários mínimos	3,0%
De 2 a 3 salários mínimos	4,7%
De meio a 1 salário mínimo	16,1%
De um a dois salários mínimos	28,6%
Até meio salário mínimo	40,4%

As diferenças regionais

Estado com menor proporção

Santa Catarina | 16,6%

Estado com maior proporção

Alagoas | 69,2%



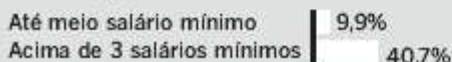
Frequência escolar dos jovens de 5 a 17 anos



Frequência à creche de crianças de 0 a 3 anos

Por faixa de renda

BRASIL: 15,5%



Famílias com crianças de 0 a 6 anos no Brasil

BRASIL: 45,4%

Estado com menor proporção

Santa Catarina | 21,4%

Estado com maior proporção

Alagoas | 72,6%

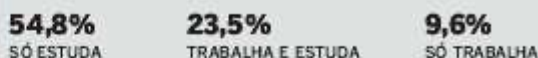


Ocupação dos jovens de 10 a 19 anos

Entre 10 e 15 anos



Entre 16 e 17 anos



Entre 18 e 19 anos



Ocupação dos jovens de 16 e 17 anos

TOTAL

45,5% trabalham



Maternidade cresce apenas na adolescência

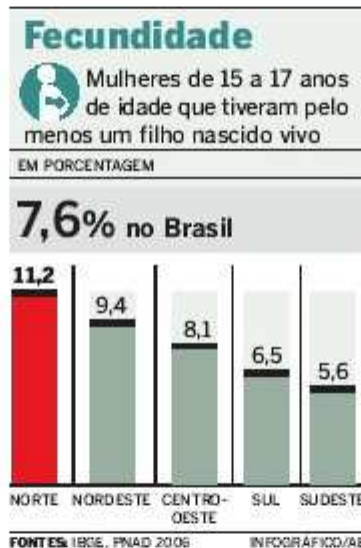
Em uma década, índice de jovens entre 15 e 17 anos com ao menos um filho aumentou de 6,9% para 7,6%

Felipe Werneck
RIO
Liege Albuquerque
MANAUS

No ano passado, 392 mil adolescentes de 15 a 17 anos tiveram pelo menos um filho no País. A Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que, no período de dez anos, a proporção de adolescentes com filhos aumentou de 6,9% para 7,6%. Foi a única faixa etária que registrou crescimento. “Acho escandaloso, uma coisa surpreendente”, declarou a gerente de Indicadores Sociais do IBGE, Ana Lucia Saboia, que coordenou o estudo.

Os dados mostram que a quantidade de filhos é maior nas famílias mais pobres. Em dez anos, a proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade com pelo menos um filho que viviam com rendimento familiar de até meio salário mínimo (R\$190) per capita aumentou de 69,3% para 74%. No caso das mulheres com rendimento familiar per capita de dois salários mínimos (R\$760) ou mais, houve redução, de 54,5% para 47,7%.

Ou seja, a queda da taxa de fecundidade no País (2 filhos por mulher em 2006) ocorreu principalmente entre aquelas que vivem em famílias com me-



lhores condições financeiras. A maior proporção de adolescentes com filhos ocorreu na região Norte (11,2%).

Em 2006, das 32,7 milhões de mulheres com filhos no País, 30,9% tinham um filho, 33,3%, dois filhos, e 35,8%, três filhos ou mais. Em 1996, os percentuais eram de 25%, 30% e 44,9%. Em maio, o governo federal anunciou um programa de planejamento familiar, com medidas como ampliação de métodos anticoncepcionais.

“O número de filhos por mulher vem diminuindo no País. Só cresceu na adolescência. Nas regiões mais desenvolvidas, é uma opção ter menos fi-

lhos”, avalia a economista Cristiane Soares, técnica do IBGE responsável pelo tema Mulheres na Síntese. “Não é uma questão de dizer se é bom ou ruim. A maternidade tem impactos nas condições de vida, no mercado de trabalho. Principalmente nas famílias mais pobres, onde se concentram os casos daquelas com mais de três filhos, sem aparato de creches, postos de saúde.”

NO AMAZONAS

Um levantamento feito de janeiro a julho pela Maternidade Ana Braga, a maior do Amazonas, mostrou que as adolescentes grávidas representam cerca de 15% das mulheres atendidas. No período, quase 900 adolescentes tiveram filhos ou foram submetidas à curetagem pós-aborto na unidade.

No levantamento, é apontado que a maioria tem apenas o ensino fundamental (1º grau) incompleto e mesmo as que já atingiram os 18 anos não têm atividade profissional. Das 886 jovens que procuraram a maternidade no primeiro semestre, 723 tinham entre 16 e 18 anos e 194 tinham entre 13 e 15 anos. Duas tinham somente 12 anos.

A mãe da adolescente J.M.S., de 14 anos, ao saber da gravidez da filha, queria que ela abortasse. “Não tive coragem



GRAVIDEZ INESPERADA - Em Manaus, M.B.G., de 17 anos, mostra o filho Ronald: maternidade precoce

de matar meu filho”, contou a garota, que deu à luz há 20 dias um bebê prematuro, que está na UTI da Maternidade Ana Braga.

O namorado de J. “sumiu” ao saber da gravidez. “A gente namorava havia apenas dois meses”, conta. A adolescente, que cursava a 6ª série, diz que pre-

tende voltar a estudar no ano que vem. “Agora que nasceu, minha mãe disse que vai me ajudar a criar o bebê.”

Como no início da gravidez M.B., de 16 anos, teve uma infecção urinária não tratada, seu bebê teve de tomar antibióticos e foi levado para a UTI assim que nasceu. Ontem, os dois tiveram

alta do hospital. Ronald vai morar com a mãe, com o pai, de 19 anos, e com a avó paterna. “Minha mãe não aceitou bem até agora e vou morar junto com meu namorado.” ●



estadao.com.br

Mais números e dados do IBGE:
www.estadao.com.br/e/a35

Crescem segunda união e divórcio consensual

Alexandre Rodrigues

RIO

O número de casamentos realizados no Brasil cresceu 3,6% e cada vez mais eles acontecem a partir de uniões desfeitas.

Segundo as estatísticas do IBGE, que nesse item faz a comparação dos dados de 2005 e 1995, com a queda dos casamentos entre solteiros de 91,2% para 85,9, o número de divorciados que sacramentam nova união com um solteiro aumenta. Os casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras cresceram de 4,1% para 6,3% do total. Embora se mantenha em percentual mais baixo, quase dobrou o número de ex-casadas que se tornam a primeira esposa de solteiros: de 1,7% em 1995 para 3,1% em 2005.

Em São Paulo, os homens protagonizaram 7% dos casamentos



com solteiras em 2005, enquanto as uniões de divorciadas com solteiros não passaram de 4,2% do total. A vantagem masculina aumenta de acordo com a idade. A

taxa de nupcialidade entre os homens com mais de 60 anos é quatro vezes maior do que a de mulheres na mesma faixa etária.

LITÍGIO

Nahora de se separar, a maior parte dos divórcios feitos no País é consensual (76,9%).

Quando a separação não tem acordo, as mulheres fazem acusações mais graves do que os maridos. Em 45% dos divórcios não-consensuais no Brasil em 2005, a mulher alegou "conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento" por parte do marido, que pode ir do adulterio à agressão física, passando pelo abandono do lar. Entre os homens, esse recurso é usado apenas em 13,3% desses casos.

Alagoas foi o único Estado em que os divórcios não-consensuais superaram os sem conflito: em 54,6% dos casos o casal chega à Justiça sem se entender. ● COLABOROU FELIPE WERNECK

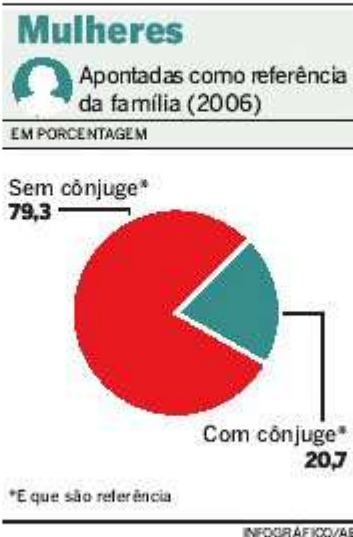
Mesmo ganhando menos, elas são as chefas da casa

RIO

Foi-se o tempo em que pagar as contas era suficiente para que os homens dessem as cartas dentro de casa. Ao perguntar pela pessoa de referência do lar, os entrevistadores do IBGE ouviram o nome de uma mulher em 29,9% dos casos, quase oito pontos percentuais a mais do que em 1996. A maioria delas, quase 80%, é formada por mulheres que administram a família sozinhas.

A novidade é que, entre as mulheres que têm companheiro, 20,7% são consideradas chefes da família. Esse número era de apenas 9,1% em 1996. Nas regiões metropolitanas de Salvador, Belém e Fortaleza, essa taxa chega perto de 30%.

Na avaliação feita pelos técnicos do IBGE, estão mudando os



critérios para que as famílias escolham o responsável pelo lar. A renda, antes critério indiscutível, tem dado lugar a outros fatores, como o nível de escolarida-

de feminina maior e a posse do imóvel pela mulher, num sinal do crescimento do poder feminino na sociedade.

Curioso é que apenas 56,2% das mulheres com marido ou companheiro apontadas como chefe de família trabalham. Entre seus cônjuges, a taxa de ocupação é mais alta: 78,5%.

Em 47% das famílias lideradas por mulheres, ambos os cônjuges trabalham, mas em quase 70% os companheiros têm salários superiores aos delas.

Nos arranjos familiares em que os homens são a referência como "chefe", ainda prevalece o rendimento como quesito fundamental. A taxa de ocupação desses homens é de 83,2% e pouco mais da metade das suas companheiras trabalha. Mesmo quando a mulher trabalha, apenas 27,4% ganha o mesmo ou mais do que o companheiro, prova de que a desigualdade por gênero persiste nas relações de trabalho. ● A.R.

Famílias estão menores e muitos vivem sozinhos

RIO

A Síntese dos Indicadores Sociais confirmou a tendência de redução da família brasileira evidenciada com a divulgação dos primeiros dados da Pnad. O número médio de membros nas famílias caiu de 3,6 para 3,2. Enquanto na última década a proporção de casamentos com filhos caiu de 73,3% para 67,6% em todo o País, aumentou o número de casais sem prole: 15,6% em 2006 ante 13,1% em 1996. Em São Paulo, esse índice é ainda maior: 22,4%.

O número de pessoas que vivem sozinhas, consideradas pelo IBGE como famílias unipessoais, também subiu: de 8% para 10,7%, entre 1996 e o ano passado. A maior parte dessas pessoas, 40,3%, tem mais de 60 anos.

Quase metade das famílias brasileiras tem crianças e ado-

Cada vez menores

Caiu proporção de casais com filhos

EM PORCENTAGEM

TIPOS DE FAMÍLIA	1996	2006
Solteiro que vive sozinho	8,0	10,7
Casal sem filhos	13,1	15,6
Casal com filhos	57,4	49,4
Mulher sem cônjuge com filhos	15,8	18,1
Outros tipos com parentesco	5,4	6,0
Outros tipos sem parentesco	0,3	0,3

INFOGRÁFICO/FE

lescentes com menos de 14 anos. Alagoas é o Estado onde essa proporção é maior: 69,2% dos lares abrigam crianças. Em São Paulo, elas só estão presentes

em pouco mais de 20% dos domicílios. Além das diferenças regionais, a maior parte das crianças está em famílias pobres. Das famílias com filhos que contam apenas com um dos pais, 89,2% ficam sob responsabilidade da mãe. Cerca de 42% dessas mulheres têm todos os filhos com menos de 16 anos.

Os efeitos dos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, podem ajudar a explicar o aumento do rendimento familiar entre os grupos menos favorecidos. A desigualdade entre os grupos mais pobre e mais rico do País ainda permanece grande, mas diminuiu na última década. Em 1996, o rendimento mensal familiar dos 40% mais pobres foi de um terço do salário mínimo. No ano passado, esse valor aproximou-se de R\$ 147, quase metade. A renda familiar dos 10% mais ricos, que ficam com 60,6% do total de rendimentos, manteve-se estável. Com isso, a renda familiar dos mais ricos (R\$ 2.678), que era 23,4 vezes a dos mais pobres em 1996, é agora de 18,2 vezes maior. ● A.R.

Nova classificação de cor será testada pelo IBGE

RIO

O sistema de classificação de cor usado pelo IBGE está em processo de revisão. A decisão foi anunciada no momento em que a proporção de autodeclarados pretos e pardos (49,5%) da população encostou na de autodeclarados brancos (49,7%), segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2006.

Os técnicos do IBGE irão a campo no primeiro semestre de 2008 para verificar se as atuais cinco categorias (branca, preta, parda, amarela e indígena) estão adequadas à realidade do País. Eventuais mudanças, como a inclusão da variável origem étnica, seriam aplicadas no próximo Censo, em 2010. Foram elaboradas 13 perguntas com o objetivo de aprimorar a

classificação. O IBGE escolheu seis Estados para o teste: São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraíba e Amazonas.

Os pesquisadores usarão um método diferente para perguntar a cor das pessoas. No momento da entrevista, será sorteado um morador com mais de 15 anos. Atualmente, quando o técnico chega, uma pessoa da família se apresenta para responder por todos. "Agora será aleatório. Nós também não vamos direto ao assunto, como era feito: vai ter uma introdução. São estratégias para fugir de respostas pré-determinadas. Queremos que as pessoas se sintam com mais liberdade para falar", diz José Luís Petruccelli, responsável pelo estudo.

Questionários e manuais já estão prontos. Exemplos: "Vo-

cê acha que cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil?" "Você saberia dizer qual é a sua cor ou raça?" O critério de autodeclaração está mantido, mas a possibilidade de resposta agora é aberta. Nas últimas contagens havia apenas o sistema fechado com cinco opções. A origem familiar, por exemplo, poderá ser abordada. E o entrevistado poderá dizer inclusive se vê discriminação. A pesquisa já foi testada no Rio, em Porto Alegre e no Recife.

"O atual sistema é rígido, unidimensional. Um indígena pode se identificar como preto, outros como branco ou pardo. Será uma pesquisa autodeclaratória com leque mais amplo. O que for mais coerente e mais convergente poderemos usar em 2010", declarou Petruccelli. "O objetivo é estudar. Queremos propor alternativas, ampliar as categorias. Se surgirem novas, vamos incluir. Se constatarmos que atual sistema é excelente, fica como está", disse o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes. ● A.R.E.F.W.